

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS DE ARQUITETURA E RESTAURO DO IMÓVEL CORRESPONDIDO POR FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO, LOCALIZADO NA AV. BARTOLOMEU DE GUSMÃO, Nº 15, BOQUEIRÃO, SANTOS/SP. CEP 11045-400.

ENTRE:

CONTRATANTE: Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, entidade de Direito privado de natureza cultural, sem fins lucrativos, políticos e religiosos, com sede na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 15, Boqueirão, CEP 11045-400, Santos-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 55.673.255/0001-07, por meio de seu representante legal Roberto Clemente Santini, Presidente, portador do RG nº 9.579.871-7 SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 046.118.428-19;

E

CONTRATADA: ENGECOP LTDA, com sede na Av. Carlos Gomes de Sá, nº 335, Mata da Praia, Vitória/ES, CEP 29.066-040, inscrita no CNPJ sob o nº 05.320.141/0001-05, neste ato representada por seu representante legal MARCUS PAULLUS GUIMARÃES PASSOS, sócio administrador, portador da Identidade nº 1.014.200 SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 016.992.467-00.

CONSIDERANDO QUE:

- A CONTRATANTE deseja restaurar o imóvel correspondido por Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto;
- A CONTRATADA possui especialização e experiência na elaboração de projetos técnicos para a restauração, adaptação e modernização de edificações;
- As partes desejam estabelecer os termos e condições segundo os quais os serviços serão prestados;

As partes acima identificadas têm entre si, justo e acordado, o presente Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados de elaboração de projetos básicos de arquitetura e restauro do imóvel correspondido por Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, localizado na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 15, Boqueirão, Santos/SP. CEP 11045-400., que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Cláusula Primeira – Do Objeto Detalhado

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de elaboração de projetos básicos de arquitetura e restauro do imóvel correspondido por Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, localizado na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 15, Boqueirão, Santos/SP. CEP 11045-400, conforme as especificações técnicas, normativas aplicáveis e melhores práticas de engenharia e arquitetura.



1.2. A CONTRATADA compromete-se a realizar, com excelência e observância às legislações vigentes, os seguintes serviços detalhados no âmbito deste contrato:

1.2.1. Levantamento:

- 1.2.1.1. Levantamento Fotogramétrico da Edificação com Drone e Laser Scanner com produção de nuvem de pontos e ortofotos da edificação.
- 1.2.1.2. Modelagem 3D da edificação para desenvolvimento dos projetos complementarem em BIM, em atendimento da Nova Lei de Licitações (Inciso V do Art. 19º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021);]
- 1.2.1.3. Levantamento Histórico da Edificação;
- 1.2.1.4. Elaboração da Planta de situação do Imóvel (exigência PRONAC);
- 1.2.1.5. Elaboração de levantamento métrico e cadastral do Imóvel e dos elementos decorativos do Jardim Frontal (exigência PRONAC);
- 1.2.1.6. Planta de Cobertura;
- 1.2.1.7. Levantamento da Estrutura da Cobertura;
- 1.2.1.8. Elaboração de Caderno de Esquadrias;
- 1.2.1.9. Elaboração do Levantamento Fotográfico da Situação Atual do Imóvel (exigência PRONAC);
- 1.2.1.10. Elaboração do Mapeamento de Danos da edificação, por meio de desenhos gráficos e fotografia (exigência Pronac);
- 1.2.1.11. Prospecções Pictóricas internas e externas;
- 1.2.1.12. Teste de laboratório para análise de argamassas;

1.2.2. Projeto Básico de Arquitetura e Restauro:

- 1.2.2.1. Elaboração de projetos básicos de restauro e arquitetura da Edificação "Pinacoteca Benedito Calixto" e os elementos decorativos do jardim frontal; com plantas gerais, cortes e elevações, detalhamentos e memorial descritivo abrangendo todo o conhecimento e com base nos projetos anteriores;
- 1.2.2.2. Detalhamento de restauro e intervenções da cobertura e estrutura do telhado;
- 1.2.2.3. Detalhamento das esquadrias;
- 1.2.2.4. Detalhamento dos elementos decorativos do Jardim frontal com o gradil, bancos, pérgolas e uma fonte decorativa na lateral direita da casa;
- 1.2.2.5. Detalhamento dos elementos ornamentais de diferentes materiais que compõe a edificação, como a escadaria de mármore carrara, os corrimões de ferro maciço, vitrais no alpendre e na varanda das salas, pinturas decorativas, entre outros;
- 1.2.2.6. Memoriais descritivos do conjunto compreendendo: cobertura, esquadrias e elementos decorativos do jardim frontal;

1.2.3. Orçamentação:

- 1.2.3.1. Elaboração da Estrutura Analítica da Planilha Orçamentária, incluindo à realização do Plano de Manutenção e Conservação da Edificação e Jardim, Projeto Executivo e Complementares;
- 1.2.3.2. Identificação dos Quantitativos dos Itens Orçamentários para Execução das Obras;
- 1.2.3.3. Precificação dos Itens Orçamentários através de Bases de Preços Públicas, prioritariamente SINAPI/SP, CDHU/SP e SBC/SP, quando não houver item orçamentário específico deverá ser elaborada Composições de Preços Unitários (CPUs) com base nas tabelas referidas.



1.3. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com os parâmetros de qualidade requeridos, respeitando-se as especificações técnicas, prazos estipulados e demais condições acordadas entre as partes, sempre visando a salvaguarda do patrimônio cultural e a integridade do projeto.

1.4. A CONTRATADA deve assegurar que toda documentação técnica e projetos entregues à CONTRATANTE estejam de acordo com as normas técnicas vigentes e legislação aplicável, assim como com as diretrizes específicas estabelecidas pela CONTRATANTE, as quais se destinam a atender à finalidade específica da Pinacoteca Benedicto Calixto.

1.5. O presente contrato abrange ainda a assistência técnica durante a fase de licitação das obras e o acompanhamento inicial das mesmas, com a disponibilização de equipe técnica qualificada para sanar dúvidas e prover esclarecimentos necessários aos licitantes.

1.6. A CONTRATADA compromete-se a atuar com diligência e presteza, respeitando todos os prazos acordados e comunicações necessárias com a CONTRATANTE, visando o perfeito cumprimento do objeto contratado.

Cláusula Segunda - Das Obrigações da Contratante

2.1. São obrigações da CONTRATANTE, além do cumprimento das demais cláusulas e condições deste Contrato:

2.1.1. Fornecer à CONTRATADA, desde que disponíveis, os dados solicitados e que se fizerem necessários ao bom entendimento e execução dos serviços contratados;

2.1.2. Designar o Coordenador do Projeto, responsável por acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços;

2.1.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA, por escrito ou arquivo eletrônico, a criação ou modificação de procedimentos a serem adotados por essa ou qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços; e

2.1.4. Realizar os pagamentos estabelecidos na Cláusula Quinta deste Instrumento.

Cláusula Terceira – Das Obrigações da Contratada

3.1. São obrigações da CONTRATADA, além do cumprimento das demais cláusulas e condições deste Contrato:

3.1.1. Executar o objeto especificado na Cláusula Primeira deste Instrumento, com a melhor técnica disponível e em estrita conformidade com o disposto neste Contrato e na legislação aplicável, proporcionar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades estabelecidas neste Instrumento, e:

3.1.1.1. Empregar equipe técnica especializada e em número suficiente ao cumprimento integral do objeto contratual;



3.1.1.2. Realizar os serviços em suas próprias instalações, exceto se outro local for ajustado entre as partes;

3.1.1.3. Manter e fazer com que as pessoas envolvidas e empresas subcontratadas na execução do presente Instrumento mantenham em sigilo e confidencialidade as informações que lhe forem confiadas em razão dos serviços a serem prestados;

3.1.1.4. Garantir que os métodos, técnicas e ferramentas de sua propriedade e utilizados durante a execução dos serviços, não infringam, de nenhuma forma, qualquer direito autoral;

3.1.1.5. Caso seja solicitado pela CONTRATANTE, substituir no prazo de 10 (dez) dias, empregado, colaborador ou subcontratado que esta considere prejudicial ou inconveniente ao ambiente de trabalho, independentemente de justificativas e/ou razões.

3.1.2. Estar, dentro das exigências legais, a empresa e seus responsáveis técnicos ligado a este Instrumento, devidamente registrados nos órgãos competentes e, se aplicável, apresentar à CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura deste Contrato:

- i. cópia do registro da empresa junto ao órgão de classe competente;
- ii. cópia do registro do responsável técnico pelos serviços;
- iii. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

3.1.3. Observar e fazer com que seus empregados e terceiros sob sua responsabilidade respeitem as normas legais e regulamentares vigentes, inclusive relativas à segurança e saúde do trabalho, empregando todos os materiais e equipamentos necessários, fornecendo a seus profissionais e fazendo com que eles utilizem, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos pelas normas de segurança do trabalho;

3.1.4. Zelar e cuidar de instrumentos, equipamentos e materiais porventura colocados à sua disposição pela CONTRATANTE;

3.1.5. Responder por qualquer prejuízo que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros;

3.1.6. Prestar à CONTRATANTE quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários ao acompanhamento da evolução dos serviços;

3.1.7. Em decorrência da origem dos recursos, que pela legislação aplicável à matéria, impõem a prestação contas e a transparência em seu uso:

3.1.7.1. Cumprir todas as normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial:

- i. trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas das relações existentes entre si e seus empregados e, ou, contratados, durante a execução deste Contrato;
- ii. normas de anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015; e
- iii. a legislação ambiental.

3.1.7.2. Cumprir todas as obrigações tributárias, trabalhistas, fiscais e contábeis que lhe são inerentes, mantendo toda a documentação fiscal em ordem, pelo prazo exigido pela legislação aplicável, inclusive em relação ao recolhimento de quaisquer tributos e contribuições;



3.1.7.3. Franquear à CONTRATANTE, ao(s) concedente(s) e aos órgãos de controle, o acesso aos documentos e registros contábeis relacionados à presente relação jurídica e, sempre que solicitado, apresentar no prazo de 72 (setenta e duas) horas, os documentos que venham a ser solicitados;

3.1.8. Responsabilizar-se pelos salários e todos os ônus trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações trabalhistas ajuizadas, e por quaisquer autos de infração, e ainda, fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social a que der causa, com relação a toda a mão de obra que porventura venha a contratar em decorrência do presente Contrato, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre esses empregados ou contratados e a CONTRATANTE.

Cláusula Quarta – Da Subcontratação

4.1. A CONTRATADA poderá subcontratar parte dos serviços objeto deste contrato. A subcontratação de serviços específicos não exime a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução do escopo contratual.

4.2. A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE uma lista detalhada dos serviços que pretende subcontratar e os subcontratados potenciais, para a aprovação escrita prévia da CONTRATANTE, que não será injustamente retida. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar qualquer subcontratado proposto com base em avaliação de suas qualificações técnicas, capacidade profissional e idoneidade financeira.

4.3. A CONTRATADA deve garantir que todos os acordos de subcontratação incluam uma cláusula que obrigue a subcontratada a faturar diretamente à CONTRATANTE pelos serviços prestados, especificando claramente a natureza e a extensão dos serviços a serem faturados.

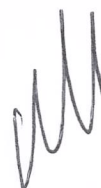
4.4. A subcontratada será responsável por cumprir todas as obrigações fiscais e legais associadas ao faturamento de seus serviços, incluindo, mas não se limitando a, a emissão de notas fiscais, o recolhimento de impostos e a manutenção de registros contábeis apropriados.

4.5. A CONTRATADA é responsável por informar as subcontratadas sobre os procedimentos e padrões de faturamento da CONTRATANTE, assegurando que todos os faturamentos estejam em conformidade com as exigências contratuais e legais aplicáveis.

4.6. A falha das subcontratadas em cumprir qualquer termo do contrato de subcontratação, incluindo, mas não se limitando ao faturamento apropriado, será tratada como uma violação deste contrato por parte da CONTRATADA, sujeitando-a às penalidades contratuais correspondentes.

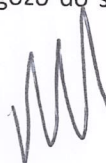
4.7. A CONTRATADA é responsável por coordenar a resolução de qualquer inconsistência ou conflito que surja em relação ao faturamento direto pela subcontratada, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

4.8. A terminação do contrato de subcontratação não afetará a responsabilidade da subcontratada pelo faturamento dos serviços já realizados. Todos os direitos e obrigações relativos ao faturamento sobreviverão à terminação do contrato de subcontratação.



Cláusula Quinta – Da Remuneração e Pagamento

- 5.1. Pelo fiel e integral cumprimento das obrigações contratuais referentes à execução dos trabalhos descritos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE remunerará à CONTRATADA, com o valor total de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- 5.2. O pagamento será realizado em parcelas, obedecidas condições abaixo estabelecidas e da seguinte forma:
- 5.2.1. Parcela 1 – 10% – R\$ 15.000,00 – Mediante a apresentação do Plano de Trabalho e do Cronograma de Elaboração do Projeto;
- 5.2.2. Parcela 2 – 45% – R\$ 67.500,00 – Mediante a entrega do Modelo 3D e do Levantamento Métrico e Cadastral da Edificação;
- 5.2.3. Parcela 3 – 20% – R\$ 30.000,00 – Mediante a entrega do Mapeamento de Danos e Diagnóstico;
- 5.2.4. Parcela 4 – 25% – R\$ 37.500,00 – Mediante a entrega Final do Projeto de Restauração;
- 5.3. Cumpridas as obrigações e entregue os serviços estipulados para o período de apuração, à CONTRATADA será devido o pagamento, conforme acima pactuado, sendo vedado quaisquer acréscimos ou adicionais a título de indenizações ou reembolsos de despesas, exceto se expressamente pactuado entre as partes.
- 5.4. O pagamento será efetuado exclusivamente por depósito ou transferência bancária para a conta corrente indicada expressamente na Nota Fiscal, valendo o respectivo comprovante de depósito ou transferência como prova de pagamento e quitação.
- 5.5. As etapas para efetivação do pagamento são obrigatoriamente as abaixo:
- 5.5.1. Realizados os serviços, a CONTRATADA apresentará ao Coordenador do Projeto o relatório de atividades e a Nota Fiscal referente do período apurado.
- 5.5.2. O Coordenador do Projeto analisará a documentação e, caso entenda pela existência de não conformidades, solicitará à CONTRATADA que proceda as adequações necessárias e apresente novo pedido de pagamento.
- 5.5.3. Feitas as diligências necessárias e, estando a documentação da CONTRATADA em ordem, o Coordenador do Projeto atestará a entrega e aceitação dos serviços e encaminhará à Administração da CONTRATANTE a competente Solicitação de Pagamento, via sistema de pagamentos desta última, contendo o relatório aprovado e a nota fiscal.
- 5.5.4. Recebida a Solicitação de Pagamento e realizada a conferência devida, a CONTRATANTE efetuará o pagamento em até o 5º (quinto) dia útil.
- 5.6. É vedada a extração de duplicatas em razão dos serviços, ou a emissão pela CONTRATADA de qualquer outro documento apto a ensejar protesto contra a CONTRATANTE, bem como caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.
- 5.7. Pelo recebimento do valor de que trata o item 5.1, a CONTRATADA e seus subcontratados cedem e transferem em sua totalidade à CONTRATANTE a propriedade intelectual do(s) produto(s) resultante(s) da execução contratual, a quem caberá o pleno gozo do seu direito



patrimonial, incluindo, mas não se limitando, aos direitos de cessão, de transferência e licenciamento, de alteração e de reprodução.

Cláusula Sexta – Da Vigência

6.1. O presente Contrato terá sua duração até 100 dias e entrará em vigor na data do pagamento da parcela de mobilização prevista na cláusula 5.2.1, podendo ser prorrogado mediante celebração de Termo Aditivo.

Cláusula Sétima – Da Alteração Contratual

7.1. Quaisquer acréscimos ou alterações no presente Instrumento deverão ser realizados por intermédio de termo aditivo, o qual passará a fazer parte integrante deste Contrato, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

7.2. Não é permitida a celebração de termo aditivo a este Instrumento com a finalidade de alterar a natureza de seu objeto.

7.3. Eventuais solicitações de adequação ou alteração técnica do serviço poderão ser realizadas pela CONTRATANTE, desde que não configure alteração do objeto deste Contrato. Em face dessa alteração ou adequação não será devido qualquer acréscimo pecuniário ao valor contratado.

Cláusula Oitava – Da Denúncia e da Rescisão

8.1. A denúncia do presente Contrato, seja parcial ou integral, poderá ser feita por qualquer das partes, desde que o faça mediante notificação expressa e com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que tal fato implique em pagamento de qualquer multa ou indenização.

8.2. A rescisão amigável poderá ocorrer a qualquer tempo por subscrição do competente termo, no qual as partes darão plena e total quitação das obrigações contratuais.

8.3. A rescisão contratual unilateral e expressa deste instrumento contratual poderá ser procedida pelos motivos abaixo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se a parte que lhe deu causa às consequências cabíveis:

8.3.1. Inexecução total ou parcial deste Contrato;

8.3.2. A CONTRATADA deixar de cumprir qualquer obrigação legal, sem que sane a irregularidade no prazo de até 10 (dez) dias, após recebida notificação da CONTRATANTE para que o faça;

8.3.3. A CONTRATADA transferir ou proceder a cessão de direitos e/ou obrigações relacionadas ao presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE;

8.3.4. A CONTRATANTE deixar de arcar com o pagamento devido à CONTRATADA por prazo superior a 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da documentação encaminhada pelo Coordenador; ou

8.3.5. Pela decretação de falência, requerida a recuperação judicial ou extrajudicial ou a ocorrência de evento que caracterize a notória insolvência da parte.



8.4. No caso dos motivos constantes dos itens de 8.1.1 a 8.1.4, a parte infratora sujeitar-se-á ao pagamento à parte prejudicada, no ato de rescisão, da quantia correspondente a 30% (trinta por cento) do saldo remanescente do Contrato, sem prejuízo de indenização por eventuais perdas e danos havidos, abatidos dessa os valores que porventura tenha a receber da outra parte.

Cláusula Nona – Da Confidencialidade

9.1. Para fins deste Contrato, “Informação Confidencial” significa quaisquer informações e dados, incluindo, entre outros, qualquer tipo de informação ou dados negociais, comerciais ou técnicos e relacionados com o presente instrumento, revelados por qualquer uma das partes, independente do meio pelo qual foram transmitidos, identificados, quando tangíveis, como sendo “Confidenciais” ou por legenda similar por qualquer uma das partes ou, quando transmitidas oralmente ou visualmente, previamente identificadas como tal e posteriormente resumidos por escrito pela Parte Divulgadora e entregue à Parte Receptora em até 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação oral ou visual. Também será considerada “Informação Confidencial” quaisquer cópias, resumos, amostras, protótipos ou partes da mesma.

9.2. Toda Informação Confidencial trocada entre as partes continuará sendo de propriedade da Parte Divulgadora e deverá ser utilizada exclusivamente para os propósitos deste Contrato, exceto se expressamente autorizada pela Parte Divulgadora.

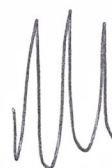
9.3. Nenhuma Informação Confidencial trocada entre as partes poderá ser distribuída, divulgada ou disseminada em qualquer hipótese ou forma pela CONTRATADA a qualquer pessoa, exceto a seus funcionários e consultores que devam ter acesso a tais informações e que tenham obrigações de manutenção de confidencialidade imposta por seus contratos de trabalho ou por outro meio válido.

9.4. Toda Informação Confidencial trocada entre as partes deverá ser protegida pela CONTRATADA da mesma maneira e com o mesmo grau de cuidado dispensado à proteção de suas próprias informações confidenciais e as informações de sua propriedade.

9.5. Toda Informação Confidencial trocada entre as partes não poderá ser utilizada para reproduzir, redesenhar, realizar engenharia reversa ou manufaturar qualquer equipamento ou produtos da Parte Divulgadora.

9.6. As obrigações constantes dos itens anteriores não se aplicam às informações comprovadamente de domínio público; que já era de posse da Parte Receptora; que for independentemente desenvolvida pela Parte Receptora; que for aprovada para divulgação por acordo reduzido a termo pela Parte Divulgadora ou que tiver sua divulgação demandada por lei, decisão judicial ou normas de qualquer organização governamental.

9.7. Em caso de discordância, a Parte Receptora poderá se manifestar contra o conteúdo do resumo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do mesmo.



Cláusula Décima – Das Penalidades

10.1. As partes serão responsáveis, na forma da legislação aplicável, por todo e qualquer ato ou omissão relacionado a este Contrato a que derem causa, bem como a que seus funcionários e contratados, derem causa em decorrência dos serviços.

10.2. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês (calculado pro rata die), de correção monetária, calculada pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e, caso o inadimplemento ultrapasse 7 (sete) dias, de multa de 1% (um por cento).

10.3. O descumprimento por qualquer uma das partes das condições e cláusulas deste Contrato implicará na aplicação à parte infratora de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do item 5.1.

10.4. Em caso de mora da CONTRATADA que resultar em interrupção da prestação de serviços, ou ainda, em atraso no atendimento das solicitações ou na solução de problemas, essa será notificada por escrito pela CONTRATANTE para que regularize imediatamente o serviço paralisado ou atenda às solicitações feitas.

10.5. O não atendimento imediato da notificação de que trata o item 10.4 ensejará a aplicação de multa de mora à CONTRATADA, calculada essa sobre o valor contratual disposto no item 5.1. deste Instrumento, a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso..

10.6. As multas porventura aplicadas não terão valor compensatório e poderão ser descontados de eventuais pagamentos que a parte prejudicada tenha a receber da parte infratora, bastando para se proceder o desconto, comunicação escrita prévia.

10.7. O não exercício pela parte prejudicada de qualquer direito que lhe assegure este Instrumento ou a lei, bem como sua tolerância quanto a eventuais infrações das cláusulas e condições expressas no presente Contrato não importará em reconhecimento de qualquer direito à parte infratora ou a renúncia de qualquer direito, nem em novação ou alteração das cláusulas e condições aqui estabelecidas.

10.8. Além dos valores devidos pelo inadimplemento de obrigações contratuais, a parte inadimplente arcará com todas as despesas judiciais e extrajudiciais, bem como honorários profissionais no importe de 20% (vinte por cento), despendidos pela parte inocente nas ações que forem propostas por força deste Contrato.

Cláusula Décima Primeira – Do Caso Fortuito e da Força Maior

11.1. A ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que comprovadamente afete o desenvolvimento dos serviços no âmbito do presente Contrato, não será considerado como inadimplemento contratual, nem dará motivo a quaisquer reivindicações desde que comprovado dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua ocorrência.

Cláusula Décima Segunda – Da Garantia dos Serviços



12.1. A garantia dos serviços prestados pela CONTRATADA será de 120 (cento e vinte) dias, contados do termo de aceite do serviço contratado, emitido pela CONTRATANTE.

12.2. Observado o prazo constante do item 12.1, caberá à CONTRATADA, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e os bens ou serviços objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de técnicas ou materiais inadequados ou desconformes com as especificações determinadas pelas normas técnicas pertinentes ou instruções específicas da CONTRATANTE.

Cláusula Décima Terceira - Proteção de Dados Pessoais (PGPD)

13.1. A CONTRATADA se compromete a estar em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em todas as atividades relacionadas ao presente contrato.

13.2. A CONTRATADA deverá implementar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, alterações, divulgações ou destruições ilícitas, garantindo um nível de segurança apropriado ao risco e à natureza dos dados protegidos.

13.3. A CONTRATADA deve assegurar que todos os funcionários, agentes, subcontratados ou terceiros envolvidos na execução dos serviços sob este contrato estejam conscientes de suas obrigações de proteção de dados e tenham recebido formação adequada nessa matéria.

13.4. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer violação de dados pessoais que possa afetar os dados processados em relação aos serviços prestados sob este contrato, e cooperar plenamente com a CONTRATANTE nas investigações e na resposta a tais incidentes.

13.5. No caso de a CONTRATADA processar qualquer dado pessoal em nome da CONTRATANTE, deverá fazê-lo apenas com base em instruções documentadas da CONTRATANTE e para as finalidades estabelecidas neste contrato.

13.6. A CONTRATADA não deve transferir dados pessoais para um terceiro país ou organização internacional sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE e apenas se o país ou organização proporcionar um nível adequado de proteção de dados.

13.7. A CONTRATADA deve manter um registro das atividades de processamento de dados pessoais sob sua responsabilidade e disponibilizá-lo à CONTRATANTE ou às autoridades de supervisão quando solicitado.

13.8. A CONTRATADA deverá auxiliar a CONTRATANTE no atendimento aos pedidos dos titulares dos dados e no cumprimento de suas obrigações de proteção de dados, especialmente em relação aos direitos dos titulares dos dados, avaliação de impacto à proteção de dados e notificação de violação de dados pessoais às autoridades competentes e aos titulares dos dados.

13.9. Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá, a critério da CONTRATANTE, devolver ou destruir todos os dados pessoais que tenha processado no contexto do contrato, exceto quando houver uma obrigação legal de retenção desses dados.



13.10. A CONTRATADA deve submeter-se a auditorias e inspeções pela CONTRATANTE ou um auditor mandatado pela CONTRATANTE e contribuir para tais auditorias relacionadas ao processamento de dados pessoais.

13.11. Quaisquer subcontratados envolvidos no processamento de dados pessoais em nome da CONTRATANTE devem estar sujeitos a obrigações contratuais equivalentes às estabelecidas nesta cláusula e a CONTRATADA deve garantir o cumprimento destas obrigações.

13.12. A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE, sem demora indevida, se considerar que uma instrução em relação ao processamento de dados pessoais viola as leis de proteção de dados.

13.13. Qualquer violação desta cláusula pode acarretar a responsabilização legal da CONTRATADA, incluindo a possibilidade de imposição de multas e indenizações por danos decorrentes do não cumprimento das obrigações de proteção de dados.

Cláusula Décima Quarta - Combate ao Trabalho Infantil

14.1. A CONTRATADA se compromete a cumprir integralmente todas as leis e regulamentos aplicáveis referentes à erradicação do trabalho infantil, e declara que não emprega nem empregará, direta ou indiretamente, em qualquer fase de sua atuação ou em qualquer de suas cadeias produtivas, trabalho de menores de idade em desacordo com a legislação vigente.

14.2. A CONTRATADA assegura que em suas atividades, bem como nas de seus subcontratados, não serão utilizados menores em situações que caracterizem trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou que de qualquer forma prejudiquem sua educação, desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

14.3. A CONTRATADA deve adotar procedimentos de verificação da idade de seus colaboradores e subcontratados, mantendo em arquivo, de forma organizada e acessível, cópias autenticadas dos documentos que comprovem a idade legal para o trabalho.

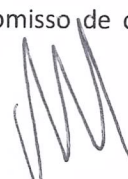
14.4. A CONTRATADA se compromete a promover a conscientização e formação dos seus funcionários sobre os problemas relacionados ao trabalho infantil, incluindo a realização de campanhas informativas e educativas.

14.5. A CONTRATADA deve instituir e manter atualizado um código de conduta interno, assegurando a proibição do trabalho infantil e estabelecendo mecanismos de controle e de denúncia para casos suspeitos ou confirmados de violação dessa proibição.

14.6. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, imediatamente após tomar conhecimento, qualquer suspeita ou confirmação de trabalho infantil envolvendo suas atividades ou de seus subcontratados.

14.7. A CONTRATADA se compromete a cooperar com as autoridades competentes na prevenção e no combate ao trabalho infantil, participando de programas governamentais ou de iniciativas de organizações não governamentais destinadas a esse fim.

14.8. A CONTRATADA deve assegurar que os subcontratados contratados para a execução de quaisquer parcelas dos serviços objeto deste contrato também adotem medidas equivalentes às estabelecidas nesta cláusula e que demonstrem o mesmo compromisso de combate ao trabalho infantil.



14.9. A inobservância pela CONTRATADA de qualquer disposição contida nesta cláusula será considerada violação grave do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades legais e contratuais cabíveis, sem prejuízo de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE e responsabilização cível e criminal dos infratores.

14.10. A CONTRATADA deve estabelecer mecanismos efetivos de monitoramento e auditoria internos e externos para verificar o cumprimento das disposições relativas ao trabalho infantil, podendo a CONTRATANTE realizar inspeções periódicas ou por suspeita, sem necessidade de aviso prévio.

14.11. Esta cláusula deve ser estendida a todos os contratos e acordos firmados pela CONTRATADA com terceiros, sendo seu cumprimento condição sine qua non para a manutenção da relação contratual com a CONTRATANTE.

Cláusula Décima Quinta - Referências e Normas Aplicáveis a Projetos Técnicos de Engenharia e Arquitetura

15.1. A CONTRATADA se compromete a realizar todos os Projetos Técnicos de Engenharia e Arquitetura em conformidade estrita com todas as normas, regulamentos técnicos e legislações vigentes, incluindo, mas não se limitando às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normativas específicas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), além das legislações municipais, estaduais e federais pertinentes.

15.2. Os projetos deverão observar as diretrizes e padrões estabelecidos pelas seguintes referências, sem prejuízo de outras que sejam aplicáveis conforme a natureza e especificidade de cada projeto:

- i. Normas da ABNT, incluindo as séries NBR pertinentes a cada tipo de projeto, como instalações elétricas, hidráulicas, segurança contra incêndio, acessibilidade, entre outras;
- ii. Código de Obras e Edificações vigente no município de Belo Horizonte;
- iii. Normas técnicas específicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para intervenções em patrimônio cultural;
- iv. Regulamentações do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI);
- v. Regulamentações da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais (SETOP/MG);
- vi. Normativas e orientações do CAU e do CREA pertinentes ao exercício profissional e à elaboração de projetos;
- vii. Leis federais, estaduais e municipais que incidem sobre as obras e serviços de engenharia e arquitetura, incluindo legislação ambiental, de segurança do trabalho e urbanística.

15.3. A CONTRATADA deve manter um registro atualizado de todas as normas e regulamentos técnicos utilizados, providenciando a sua revisão e atualização sempre que houver alteração nas legislações ou nas normas técnicas aplicáveis, comunicando prontamente à CONTRATANTE qualquer mudança que possa impactar o desenvolvimento dos projetos.



15.4. A CONTRATADA se compromete a fornecer relatórios técnicos detalhados que atestem a conformidade dos projetos com as normas e regulamentações aplicáveis, incluindo declarações de conformidade, certificações e anotações de responsabilidade técnica (ART), quando aplicável.

15.5. Em caso de discrepância entre normas ou regulamentos, prevalecerão aqueles que oferecerem maior segurança, qualidade e sustentabilidade ao projeto e à obra, sem prejuízo do atendimento às exigências legais mínimas.

15.6. A CONTRATADA será responsável por todas as consequências decorrentes do não cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis, incluindo a realização de correções ou adequações necessárias sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

15.7. Esta cláusula vincula a CONTRATADA ao atendimento de todas as práticas e padrões reconhecidos por órgãos e instituições competentes na área de engenharia e arquitetura, garantindo a excelência técnica e a conformidade legal dos projetos desenvolvidos.

Cláusula Décima Sexta – Das Disposições Gerais E Finais

16.1. A execução deste Instrumento, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito, em especial o Código Civil Brasileiro e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos.

16.2. A execução do objeto deste Instrumento não poderá ser cedida ou, por qualquer forma, transferida a terceiros, total ou parcialmente, por qualquer uma das partes, sem a anuência prévia e por escrito da outra parte.

16.3. O presente Contrato não confere a quaisquer das partes poderes para assumir ou criar qualquer obrigação, expressa ou implícita, em nome da outra parte, nem representar a outra como agente, funcionário, representante ou qualquer outra função, permanecendo cada qual como unidade inteiramente independente da outra.

16.4. Não haverá, em qualquer hipótese, subordinação direta ou vínculo empregatício entre as partes, e os sócios, empregados, colaboradores ou subcontratados de uma em relação à outra.

16.5. Na execução do presente Contrato, exceto se previsto em documento específico, não haverá a cessão ou transferência entre as partes de licença ou direito de uso de patente ou direito patenteável, copyright, marca registrada ou outro direito de propriedade pertencente a uma das partes. A divulgação de informação ou material confidencial não implicará na obrigação de cessão de tais direitos pela Parte Divulgadora à Parte Receptora.

16.6. Em caso de a CONTRATANTE ser demandada em processo administrativo ou judicial decorrente de qualquer contratação feita pela CONTRATADA, poderá a primeira, ainda que no curso do processo, reter e descontar dos pagamentos devidos à segunda o valor reclamado e, se entender pertinente, propor acordo judicial com o fito de encerrar a demanda.

16.7. É vedado à CONTRATADA possuir em seu quadro societário ou de administração pessoa que mantenha relação de parentesco de até terceiro grau, em linha reta ou colateral, inclusive por afinidade, com dirigente da CONTRATANTE ou da entidade concedente. Motivo pelo qual ao subscrever o presente instrumento, declara que não possui e se compromete a informar à CONTRATANTE a pretensão de inserir em seu quadro societário ou administração pessoa em tal



situação o que, se concretizado, motivará a rescisão unilateral do contratual pela CONTRATANTE.

16.8. Passa a ser parte integrante ao presente contrato o **Anexo I – Proposta Técnica e Anexo II – Proposta de Preço**.

Cláusula Décima Sétima – Do Foro

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Santos/SP, para dirimirem as questões oriundas do presente Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acordes as partes, assinam o presente Instrumento, para todos os fins de direito e de justiça, na presença de duas testemunhas instrumentárias abaixo nomeadas e subscritas.

Santos/SP, 05 de janeiro de 2024.



Roberto Clemente Santini
Presidente
Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto

gov.br

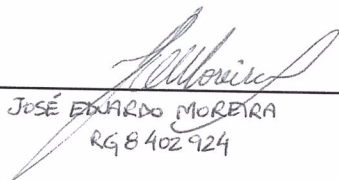
Documento assinado digitalmente
MARCUS PAULLUS GUIMARAES PASSOS
Data: 06/01/2024 07:43:40-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Marcus Paullus Guimarães Passos
Engecop Ltda

TESTEMUNHAS:

gov.br

Documento assinado digitalmente
PLACIDINO PASSOS NETTO
Data: 06/01/2024 07:57:46-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>


JOSÉ EDUARDO MOREIRA
RG 8 402 924